

O ALMIRANTE ADALBERTO QUE CONHECI

BERNARD DAVID BLOWER
Almirante-de-Esquadra (Ref²)

Minha primeira comissão, ao concluir a viagem de instrução de guardas-marinha a bordo do Navio-Escola *Almirante Saldanha* e ser promovido a segundo-tenente, foi no Comando da Força de Contratorpedeiros, à época instalado no Navio-Tênder *Belmonte*. Este navio era veterano da Primeira Guerra Mundial e há muito tempo estava atracado no Arsenal de Marinha no Rio de Janeiro (AMRJ).

Até hoje não sei por que eu e mais três colegas de turma seguimos para aquela comissão.

Nos porões do *Belmonte* havia sido instalada uma bem equipada oficina para reparos. Entretanto, nossa tarefa se resumia à parte de comunicações – que não era grande –, com apenas alguma dificuldade no cifrar e decifrar mensagens.

Foi naquela época que conheci o então Capitão-de-Mar-e-Guerra Adalberto de Barros Nunes Filho, para os olhos de um tenente um oficial inteligente, ponderado e de pouco falar. Suas feições não demonstravam ser ele carrancudo, mas nem tampouco alegre. Poucas vezes o vi sorrindo de modo mais expansivo, mais aberto.

Quando embarcamos no Comando da Força de Contratorpedeiros, onde ele servia, logo nos atribuiu os nomes que correspondiam ao número de classificação final do curso da Escola Naval. Assim, passei a ser chamado por ele de “Número Um”.

Era com ele que tratávamos o serviço, tendo sempre nos recebido com muita atenção. Essa convivência encerrou-se alguns meses depois, quando recebemos, com alegria, a notificação do nosso desembarque do *Belmonte* e a designação para servir no

Contratorpedeiro *Marcílio Dias*, na época o primeiro da classe de navios mais importantes da Marinha.

Após alguns embarques, com curso de especialização e já capitão-tenente antigo, voltei a encontrá-lo quando fui designado para servir como ajudante-de-ordens do ministro da Marinha, Almirante Antônio Alves Câmara Júnior. Naquela época, o então Contra-Almirante Adalberto era seu chefe de Gabinete.

UM PARÊNTESE PARA O ALMIRANTE CÂMARA

Não posso deixar de abrir aqui um parêntese para o Almirante Câmara, pois sou um daqueles que julgam ter a Marinha uma grande dívida com ele, pois não há homenagens a ele pela sua gestão na pasta, caracterizada pelo modo apolítico e essencialmente militar, o que fez com que evitasse que graves acontecimentos de cunho político perturbassem o nosso meio. Tendo assumido o cargo de ministro da Marinha em 1955, obtive, entre outras conquistas, a autorização para a compra, junto ao então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, do nosso primeiro navio-aeródromo.

Antes de ser seu ajudante-de-ordens no Ministério, já conhecia o seu modo de proceder, pois ele fora diretor da Escola Naval no último ano do curso de minha turma. No ano anterior à sua chegada à Escola, fizemos o movimento conhecido como a Revolta dos Anjos, pela renovação do sistema de ensino da instituição. A indisciplina resultou na nossa imediata expulsão e baixa mas, logo depois, a situação se reverteu, tendo sido atendidas as tão necessárias alterações reivindicadas. Mesmo conhe-

cedor desses fatos, o Almirante Câmara nos tratou como se nada tivesse acontecido. Por isso, foi escolhido paraninfo da turma.

Outros acontecimentos por ele protagonizados denotaram bem o seu jeito de ser. Certa vez, recebeu um contra-almirante bem moderno em uma audiência em que este foi pedir para que lhe fosse dado o comando da Esquadra. Em troca, garantia que acabaria com os movimentos políticos que grassavam nos navios na época. A resposta que o solicitante obteve foi seca: “O senhor é muito moderno para comandar a Esquadra”.

De outra feita, estimulada por um contra-almirante, a oficialidade do Cruzador *Barroso* convidou o Presidente Juscelino para embarcar no navio quando de seu regresso de Santos para o Rio de Janeiro. O presidente, porém, não aceitou. Sabedor do fato, o Almirante Câmara chamou à sua presença o oficial-general responsável pelo convite. Muito irritado, o ministro repreendeu-o veementemente – como jamais o oficial havia sido repreendido até então –, dizendo-lhe que só ele, ministro, poderia convidar o Presidente da República para visitar qualquer navio ou Organização Militar da Marinha.

Em outra ocasião, ao se dirigir para um despacho com o presidente no Palácio do Catete, cruzou com a deputada Ivete Vargas, que lá se encontrava, e perguntou-lhe: “A senhora entende alguma coisa de Marinha?” E, ante a estupefação da deputada, acrescentou: “Então por que a senhora é contra a compra do nosso navio-aeródromo?” (Na época, os políticos e a imprensa moviam uma campanha contra a aquisição do navio-aeródromo pela Marinha)¹.

1 N.R.: Ver *RMB* 1^a trim./2002, págs. 9 a 104 (especificamente págs. 17, 26, 27 e 28) e *RMB* 3^a trim./2002, págs. 241 a 247.

O ministro também costumava usar uma certa dose de ironia para demarcar o espaço da Marinha no seio da administração federal. Fazendo parte de uma comitiva presidencial, ao se dirigir ao seu automóvel, à sua frente caminhava o General Henrique Teixeira Lott, ministro do Exército. O Almirante Câmara tocou em seu braço e, enquanto o ultrapassava, disse: “General, a Marinha chegou antes”.

O ALMIRANTE ADALBERTO NA CHEFIA DO GABINETE DO MINISTRO DA MARINHA

Voltando a falar do Almirante Adalberto, lembro que, quando era ele chefe de Gabinete do Ministro da Marinha, estava sempre pronto a receber os oficiais que ali trabalhavam. Além disso, demonstrava grande conhecimento e ponderação acerca dos assuntos navais, constituindo-se, assim, um excelente auxiliar do ministro, que o tinha em alta consideração. O modo cortês, a atenção, o tratamento cordial sem distinção, o despojamento, a clareza e a simplicidade na argumentação eram os mesmos de quando o conheci. Também continuava a me chamar de “Número Um”.

Tendo eu sido promovido a capitão-de-corveta recentemente, não me considerava merecedor de estar lotado no Gabinete do Ministro e solicitei ser designado para qualquer outra comissão. Algum tempo depois, faleceu o Ministro Alves Câmara. O novo ministro, Almirante Jorge do Paço Mattoso Maia, convidou, então, o Almirante Adalberto a permanecer na função de chefe de Gabinete. Este, por sua vez, num gesto que muito me impressionou, reuniu os oficiais que ali serviam e perguntou-lhes se havia alguma objeção em que continuasse a ocupar o cargo, condicionando sua permanência à aceitação de todos. Sem contestação, continuou o Al-

mirante Adalberto como chefe de Gabinete do Ministro da Marinha.

Os anos continuavam passando e eu, embarcado ou exercendo funções em terra, pouco tomava conhecimento das atividades exercidas pelo Almirante Adalberto. Até que, já capitão-de-mar-e-guerra, fui surpreendido quando ele, indicado ministro da Marinha pelo Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, convidou-me para servir como um de seus oficiais de Gabinete. Embora preferisse estar embarcado, não pude recusar.

Encontrei o agora Ministro Adalberto de Barros Nunes do mesmo jeito que sempre o conheci: afável, sem jamais expressar fisionomia carrancuda ou zangada ou mesmo alegre em demasia... e continuando a me chamar de Número Um. Continuava impressionante a forma como ouvia as opiniões de seus oficiais sobre os mais variados assuntos, sempre adotando o procedimento mais prático e oportuno.

SUA GESTÃO NA PASTA DA MARINHA

Aquisição das fragatas classe Niterói

Ao Almirante Adalberto devemos vários benefícios ponderáveis para a nossa Marinha, obtidos durante sua gestão na pasta. Entre eles destaca-se o Programa de Renovação de Meios Flutuantes, que havia sido iniciado na gestão do Ministro Augusto Hamann Rademaker Grunewald com a construção dos seis navios-varredores da classe *Aratu* nos estaleiros Abeking Rasmussen, na Alemanha, e dos três submarinos da classe *Oberon* nos estaleiros Vickers, na Inglaterra. Esse programa de construção só não foi interrompido ou protelado graças ao esforço do Almirante Adalberto.

Ele também se empenhou com afinco na obtenção de recursos que culminaram, em

setembro de 1970, na assinatura do contrato para a construção de seis fragatas pelo estaleiro Vosper & Thornycroft, da Inglaterra, sendo que duas seriam construídas no Brasil, resultado da política de transferência de tecnologia adotada pela Marinha. É oportuno lembrar que as fragatas são um projeto original britânico com alterações feitas conforme exigências da Marinha do Brasil.

Em sua gestão, foi também acertada com o estaleiro nacional Ebin, em junho de 1971, a construção do Navio Faroleiro *Almirante Graça Aranha* e dado andamento aos programas de construção de navios-patrolha fluviais (iniciados no AMRJ em outubro de 1970), além dos de navios hidrográficos e de balizadores.

Aquisição das Ilhas de Mocangê Grande e Mocangê Pequeno e da Ilha do Paiol

As ilhas onde estão as oficinas, o dique e as demais instalações da antiga Companhia de Navegação Costeira tornaram-se de posse da Marinha em troca dos terrenos do Escritório Técnico-Administrativo (ETA), no Recife, onde já existiam obras feitas pela Marinha para a construção de uma base naval naquela cidade. A troca foi efetuada quando era ministro dos Transportes o Coronel Mário Andreazza.

Os aterros feitos pela União para ampliação das ilhas resultaram numa área de 372.714 m², onde se encontram hoje a Base Naval do Rio de Janeiro e diversas instalações, como os edifícios do Comando-em-Chefe da Esquadra, Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão, Centro de Apoio a Sistemas Operativos, entre outros.

Esta Base Naval foi a concretização de um antigo desejo da Marinha de dispor de um local para o apoio de navios prontos que já não tinham cais no AMRJ.

O obstáculo que existia para a aquisição era o acesso por terra, que teria de ser através da ponte que liga o Rio de Janeiro a Niterói. Esse obstáculo foi superado graças ao bom senso das autoridades e também pelo fato do irmão do Almirante Adalberto, Heleno de Barros Nunes, ex-oficial da Marinha, ocupar uma secretaria do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Assim, ele agilizou os entendimentos para que fossem construídas, junto às entradas da Base, nos sentidos Rio-Niterói e Niterói-Rio, as pistas de aceleração e desaceleração, que permitiriam que não fosse causado nenhum empecilho ao tráfego na Ponte.

Posse definitiva do terreno em Guandu do Sapê

Este terreno, localizado no Rio de Janeiro, teve sua escritura lavrada em novembro de 1955, sendo nele instaladas algumas organizações da Marinha. Mas existiam no local vários posseiros, com suas benfeitorias, o que inviabilizava a utilização plena da área. O problema foi solucionado na gestão do Ministro Adalberto, com a retirada dos posseiros e o pagamento das respectivas indenizações determinadas pela Justiça.

O terreno tem 4.559.645,10 m² de área e nele estão instalados o Batalhão Tonelero e o Centro de Instrução Almirante Milcíades Portela Alves (CIAMPA) (ambos do Corpo de Fuzileiros Navais) e a Fábrica de Munição da Marinha.

Aquisição do Edifício Barão de Ladário e área contígua

Esta aquisição foi feita em troca da permissão para que o Governo do Estado do Rio de Janeiro erguesse em terrenos da Marinha as colunas que sustentam o elevado da Avenida Perimetral. Esta obra obri-

gou a demolição das antigas dependências da Capitania dos Portos do Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro e teve o inconveniente de deixar devassado o Edifício Almirante Tamandaré.

Além do Edifício Barão de Ladário, a Marinha, com a troca, ganhou uma extensa área em frente ao mar que hoje serve de estacionamento para viaturas de diversas OM situadas nas proximidades.

Aquisição da antiga Escola Técnica Darcy Vargas, na Ilha da Marambaia

A Escola Técnica Darcy Vargas era administrada pelo Abrigo Cristo Redentor, servindo principalmente como estabelecimento de ensino da pesca. Sua transferência da União para a Marinha envolve uma história interessante.

Em 1948, quando eu ainda era aspirante na Escola Naval, fiz um retiro espiritual por lá. A Ilha da Marambaia desenvolvia-se a pleno vapor: navios de pesca de razoável tonelagem; o edifício da Escola Darcy Vargas com seus alojamentos, refeitório, padaria, cozinha etc.; uma linda igreja; frigorífico; fábrica de óleo de fígado de cação e também de curtimento de sua pele; usina de eletricidade; oficinas de reparos navais, com duas carreiras para embarcações de até 200 toneladas. Havia também currais, pocilgas, hortas, dezenas de residências, das mais simples e rústicas até as de veraneio, e, como atração turística, uma antiga construção que se dizia ter sido depósito de escravos que para lá eram levados a fim de permanecerem em quarentena para, posteriormente, serem vendidos.

Quando servia no Gabinete do Ministro da Marinha, ainda no Rio de Janeiro, recebi a visita do provedor do Abrigo Cristo Redentor, que estava empenhado em reativar a escola de pesca, então abandonada. Ele era tio de um colega meu de turma na Esco-

la Naval e foi ao Gabinete do Ministro solicitar à Marinha a cessão de alguns instrutores de pesca, já que o orçamento do Abrigo não suportaria o custo de manutenção do curso. Informei-lhe, então, que não tínhamos instrutores de pesca, e sim de marinharia. Naquele momento, a imagem das instalações do Abrigo Cristo Redentor me veio à mente e perguntei-lhe se a fundação poderia cedê-las para a Marinha, com o que o provedor pareceu concordar.

Aproveitando o trato amistoso que eu tinha com o Ministro Adalberto, levei o provedor à sua presença de imediato. Após ouvir minhas argumentações e o assentimento do provedor, disse o Ministro: “Lá vem você, Número Um, com algumas das suas. Leve alguns almirantes ao local e depois venha falar comigo”.

Obedecendo à ordem, levamos, de helicóptero, cinco almirantes para percorrerem o local. Eles ficaram bastante impressionados com a extensão da área e com o montante do acervo lá existente. Em vista disso, o Ministro concordou com a transferência, cabendo à Marinha apenas o pagamento de pequenas indenizações trabalhistas dos processos em que a fundação já havia sido condenada e o reparo e melhoria da ponte de atracação, que se encontrava avariada.

Atualmente funciona ali o Centro de Adestramento e Instrução da Marambaia, do Corpo de Fuzileiros Navais. Alguns anos depois de sua aquisição, o local chegou a ser considerado pelo ministro à época como ideal para a construção de uma nova escola naval, sendo inclusive encomendados estudos nesse sentido e elaborado um anteprojeto de arquitetura por um escritório privado.

Do total da área – alguns milhões de metros quadrados – obtida na gestão do Almirante Adalberto, o terreno da antiga escola de pesca ocupa 30.225m². A Ilha da

Marambaia é aprazível e segura. Era lá que o Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua família descansavam eventualmente quando estavam no Rio de Janeiro em férias.

Transferência definitiva do alto comando da Marinha para Brasília

Em 1970, segundo ano do Governo Médici, o alto comando da Marinha transferiu-se definitivamente do Rio de Janeiro para Brasília. A movimentação, feita no mês de agosto, exigia a instalação na nova capital do Gabinete do Ministro da Marinha, do Estado-Maior da Armada, da Secretaria-Geral da Marinha e de algumas diretorias, o que implicava também a disponibilização de moradias a preços razoáveis para todo o pessoal que para lá fosse transferido. Tudo foi realizado com rapidez e eficiência.

Servindo já durante algum tempo no Gabinete do Ministro, estava com muita vontade de voltar a embarcar. E isso aconteceu em fins de 1971, quando recebi um comando no mar e segui para o Rio de Janeiro. A partir de então, não tive mais contato profissional direto com o Almirante Adalberto, que deixou o Ministério da Marinha em 11 de fevereiro de 1974.

*
* *

Vários anos mais tarde, quando eu já ocupava o posto de contra-almirante, recebi-o no Estado-Maior da Armada, em Brasília. Ele era presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e tinha ido à capital encontrar-se com autoridades do setor para resolver assuntos relativos à entidade.

O tempo passou e eu, agora servindo no Rio, soube que o Almirante Barros Nunes havia sido internado em estado grave no Hospital Marcílio Dias. Na primeira oportunidade, fui visitá-lo e encontrei-o na cama com os olhos fechados. Aproximei-me e, para minha surpresa, ele abriu os olhos e exclamou: “Você aqui, Número Um?!”

Abracei-o e, pela primeira vez, vi que ele chorava. Permaneci algum tempo no quarto e me retirei sem saber que o via pela última vez, pois pouco depois ele falecia.

Este almirante, ex-ministro, que tanto fez pela Marinha é meu ilustre esquecido*.

Creio que a Marinha ainda um dia batizará um navio ou OM com seu nome para que ele fique inscrito de forma indelével na história de nossa Força.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<NOMES> / Nunes, Adalberto de Barros – AE; Ministro da Marinha;

* N.A.: Acredito que muitos julguem ser o Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), no Rio de Janeiro, uma homenagem ao Ministro, mas é, na realidade, em memória de seu pai, Almirante Adalberto Nunes.